

PASSIVO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) ANTES E DEPOIS PANDEMIA DA COVID-19

Laíza Mariano Vasconcelos - caritsa_scartaty@hotmail.com

Caritsa Scartaty Moreira - caritsa_scartaty@hotmail.com

Jocykleber Meireles de Souza - jocykleber@live.com

Thayná de Oliveira Fernandes - thaynafernandespro@gmail.com

* Submissão em: 12/07/2024 | Aceito em: 20/07/2025

RESUMO

O estudo analisa o nível de evidenciação dos passivos ambientais entre empresas participantes e não participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) antes e depois da pandemia da Covid-19. Foi realizada uma análise documental das demonstrações financeiras, utilizando um *checklist* baseado no CPC 25 (R1). Os resultados mostram que ambas as empresas, listadas ou não no ISE, se destacam na evidenciação de provisões e passivos contingentes, embora o nível geral de divulgação seja baixo, abaixo de 50%. Não houve mudanças significativas na evidenciação durante a pandemia. A média de informações divulgadas foi de 8,00 para empresas do ISE e 8,38 para as demais, sem diferença significativa.

Palavras-chave: Passivo ambiental. Evidenciação. ISE. Covid-19.

ENVIRONMENTAL LIABILITIES: A COMPARATIVE ANALYSIS OF THE DISCLOSURE LEVEL OF COMPANIES PARTICIPATING AND NOT PARTICIPATING IN THE CORPORATE SUSTAINABILITY INDEX (ISE) BEFORE AND AFTER THE COVID-19 PANDEMIC

ABSTRACT

The study analyzes the disclosure level of environmental liabilities between companies participating and not participating in the Corporate Sustainability Index (ISE) before and after the COVID-19 pandemic. A document analysis of standardized financial statements was conducted using a checklist based on CPC 25 (R1). The results show that both groups of companies, whether listed on the ISE or not, excelled in disclosing provisions and contingent liabilities, although the overall disclosure level was low, below 50%. There were no significant changes in disclosure during the pandemic. The average information disclosed was 8.00 for ISE companies and 8.38 for non-ISE companies, with no significant difference.

Keywords: Environmental liability. Disclosure. ISE. COVID-19.

1 INTRODUÇÃO

O aumento da conscientização sobre a necessidade de abordar questões de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental no âmbito empresarial tem estimulado a busca por ferramentas que ofereçam transparência e prestação de contas em relação ao impacto ambiental das empresas (Júnior, 2021).

Nesse contexto, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) foi criado em 2005 pela Brasil, Bolsa, Balcão (B3) para incentivar a transparência e a divulgação detalhada das informações ambientais das entidades. O índice identifica empresas que vinculam suas atividades a princípios sustentáveis, abrangendo aspectos sociais, ambientais, econômicos e de governança, tornando-se um elemento de diferenciação (Silva; Lucena, 2019).

Para encontrar empresas comprometidas com a transparência ambiental, o ISE aplica um questionário que identifica elementos comprovando o comprometimento com práticas sustentáveis. Assim, o Passivo Ambiental destaca-se como um fator na avaliação do comportamento das organizações em relação aos problemas ambientais (Brumati, 2015).

Consiste em obrigações financeiras resultantes do impacto ambiental gerado pelas atividades empresariais, abrangendo a poluição, a contaminação do solo e da água, e a emissão de gases do efeito estufa. Essas obrigações podem gerar gastos com multas, penalidades e compensações por danos causados (Brumati, 2015).

A poluição é um dos impactos ambientais mais agressivos e comuns, presente no cotidiano de todas as empresas. Dessa forma, compete à contabilidade mensurar e registrar esses danos, permitindo que investidores, agentes reguladores e outras partes interessadas acompanhem a relação da organização com o meio ambiente e tomem decisões informadas (Silva; Rover; Ferreira, 2022).

A discussão sobre essa temática permite verificar como a divulgação do Passivo Ambiental está associada à transparência das práticas sustentáveis das empresas. Isso contribui para identificar se a inclusão no ISE garante que a empresa adote uma postura alinhada à responsabilidade ambiental, além de melhorar práticas de gestão e conferir confiabilidade à empresa (Eidt; Coltre; Mello, 2018).

Diante desse contexto, percebeu-se a necessidade de investigar mais sobre o passivo ambiental e sua relação com o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Por exemplo, Filho *et al.* (2018) examinou as respostas das empresas sobre o Passivo Ambiental ao questionário do ISE, enquanto Menezes *et al.* (2018) analisou demonstrações contábeis e relatórios para avaliar como as empresas do índice evidenciam seus passivos ambientais.

Estudos anteriores focaram na divulgação dos passivos ambientais das empresas do ISE, mas é necessário compará-las com empresas que não estão listadas nesse índice para determinar se ser considerada sustentável está relacionado a uma maior evidenciação de passivos ambientais. Estudos como os de Rodrigues *et al.* (2023) e Ribeiro *et al.* (2019) indicam que pertencer ao ISE implica em maior divulgação de passivos ambientais, especialmente em setores de alta poluição e energia elétrica. Além disso, Severo, Guimarães e Dellarmelin (2021) ressaltam que a pandemia de Covid-19 influenciou positivamente a preocupação das pessoas com questões socioambientais.

Assim, este estudo visa responder: **Qual é o nível de evidenciação dos passivos ambientais entre empresas participantes e não participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) antes e depois da pandemia da Covid-19?** O objetivo é analisar o nível de evidenciação dos passivos ambientais entre esses grupos de empresas nos períodos pré e pós-pandemia.

Estudos anteriores focaram na evidenciação dos passivos ambientais de companhias listadas no ISE da B3, como os de Filho *et al.* (2018) e Menezes *et al.* (2018). Enquanto Filho *et al.* (2018) analisou as declarações baseadas nas respostas ao questionário do índice, Menezes *et al.* (2018) investigou a evidenciação nas demonstrações financeiras. Este estudo busca corroborar essas pesquisas, mas com o diferencial de comparar empresas do ISE com aquelas que não fazem parte do índice, verificando se há uma maior evidenciação das informações ambientais e se houve mudanças durante a pandemia da Covid-19.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 *Disclosure* ambiental

A divulgação de dados ambientais pelas empresas visa tornar públicas as práticas adotadas para reduzir os impactos ambientais gerados por suas operações (Monteiro *et al.*, 2020). A evidenciação de caráter ambiental consiste em fornecer informações às partes interessadas sobre como a empresa interage com o meio ambiente (Silva; Souza, 2019).

No Brasil, apesar da ausência de leis ou normas obrigatórias, várias empresas não divulgam suas práticas ambientais, o que limita o avanço do *disclosure* ambiental (Giacomin; Ott; Grando, 2018). Pesquisas se baseiam em teorias como a dos *Stakeholders* e a da Legitimidade para explicar o impulso que leva as empresas a divulgar informações ambientais (Silva *et al.*, 2013). Tais teorias são fundamentais para entender as motivações das organizações na realização da evidenciação ambiental (Voss, 2012).

A Teoria da Legitimidade, derivada da Teoria de Contratos, sugere que as empresas procuram alinhar suas práticas com as expectativas sociais para se tornarem legítimas, ampliando assim a evidenciação de informações ambientais (Filho, 2013). Por sua vez, a Teoria dos *Stakeholders* enfatiza a importância de atender às necessidades das partes interessadas, como uma forma de dialogar com elas através do disclosure ambiental (Eugénio, 2010).

A necessidade de divulgação ambiental é justificada tanto social quanto cientificamente, refletindo uma crescente preocupação pública com questões ambientais e o comportamento das organizações em relação à natureza (Pletsch *et al.*, 2014). Essa evidenciação visa atender à demanda informacional das partes interessadas, incluindo governo, acionistas e funcionários (Silva *et al.*, 2013).

No Brasil, embora a divulgação ambiental seja voluntária, diretrizes como as da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) recomendam e orientam sua elaboração (Beuren; Santos; Gubiani, 2013). A norma NBC-T 15 (2004) do CFC, por exemplo, estabelece critérios para divulgação de informações ambientais nos relatórios das organizações.

Além das normas como a NBC T 15 (2004), o Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009) trata da evidenciação de passivos na forma de provisão e passivos contingentes, definindo passivo como uma obrigação presente derivada de eventos passados, cuja liquidação espera-se que resulte na saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos (CPC 25, 2009).

O passivo ambiental, refere-se à alocação de recursos econômicos para preservação, proteção e recuperação ambiental, buscando equilibrar o progresso econômico com o meio ambiente (Ribeiro; Lisboa, 2000). Anteriormente visto como um fator que diminuía os lucros, o passivo ambiental agora é integrado à conduta das empresas, demonstrando uma preocupação com a sustentabilidade e impactando a continuidade dos negócios (Filho; Bruni; Gomes, 2013).

2.2 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), criado pela B3 em 2005, tem como objetivo destacar o desempenho das empresas comprometidas com práticas de sustentabilidade. Além de orientar decisões de investimento mais informadas, o ISE incentiva as empresas a adotarem condutas sustentáveis, reconhecendo que práticas ESG são fundamentais para a sustentabilidade dos negócios (Brasil, Bolsa, Balcão, 2023).

O ISE foi desenvolvido para promover investimentos alinhados ao desenvolvimento sustentável, atendendo à demanda por transparência e ética empresarial. Ele se posiciona como uma ferramenta de análise que considera aspectos econômicos, responsabilidade ambiental e social, e governança corporativa (Souza *et al.* 2018).

Para participar do ISE, as empresas devem cumprir critérios rigorosos definidos pela B3. Isso inclui estar entre as 200 melhores em termos de liquidez nos três anos anteriores, participar ativamente dos pregões, e não ser considerada uma *Penny Stock* (Brasil, Bolsa, Balcão, 2023). A seleção é feita anualmente com base em avaliações que consideram o preenchimento do questionário, evidências documentais, desempenho quantitativo e qualitativo, e o risco reputacional nas áreas ESG.

O questionário do ISE, atualizado em 2021, abrange quatro dimensões principais: capital humano, governança corporativa e alta gestão, modelo de negócio e inovação, e capital social e meio ambiente. Cada dimensão é composta por 28 temas específicos adaptados ao setor de atuação da empresa (Brasil, Bolsa, Balcão, 2023). Através desses questionários, o ISE avalia o desempenho de cada empresa em relação aos critérios estabelecidos.

Integrar o ISE é estratégico para as empresas, pois destaca seu compromisso com a responsabilidade socioambiental, aumentando sua visibilidade no mercado e fortalecendo a confiança dos *stakeholders* (Eidt; Coltre; Mello, 2018; Sales; Rover; Ferreira, 2018).

2.3 Estudos correlatos ao tema

As pesquisas têm se concentrado em descobrir como as empresas demonstram seu compromisso com a responsabilidade ambiental. Um aspecto utilizado para avaliar a atitude das empresas em relação às questões ambientais é a divulgação de passivos ambientais. Assim, as análises sobre como as empresas listadas na B3 ou no ISE divulgam seus passivos ambientais revelam uma diversidade de métodos e conclusões.

Xavier e Luczkiewicz (2013) buscaram verificar se as empresas do setor de petróleo, cujas ações fazem parte da BM&F BOVESPA, incluem informações sobre passivos ambientais em seus relatórios financeiros. Constatou-se que apenas duas empresas evidenciaram o passivo ambiental, tanto no Balanço Patrimonial quanto em Notas Explicativas, indicando um baixo nível de evidenciação nesse segmento.

Cunha e Ribeiro (2016) analisaram o avanço na publicação de provisões e passivos contingentes ambientais em comparação às evoluções das normas contábeis. Eles descobriram que

46,15% das empresas não evidenciaram os passivos ambientais e que a evidenciação aumentou com a implementação da Norma e Procedimento de Contabilidade 22 do IBRACON.

Filho *et al.* (2018) investigaram o que as empresas do ISE afirmaram em relação às questões sobre passivos ambientais. Os resultados mostraram que as empresas apresentam um nível reduzido de divulgação de seus passivos ambientais, e das empresas que admitiram possuir passivos ambientais, apenas 9% realizaram a provisão.

Menezes *et al.* (2018) analisaram a forma de evidenciação de passivos ambientais das companhias que fazem parte do ISE. Descobriram que a Nota Explicativa é o principal meio de evidenciação de passivos ambientais e que não houve alteração na maneira de evidenciar esses passivos pelas empresas listadas.

Domingos *et al.* (2019) analisaram a correlação do disclosure com a materialidade das provisões e contingências ambientais com base na OCPC 07 para comparação. Eles observaram alterações significativas no nível de divulgação ambiental e na avaliação da materialidade após a publicação da OCPC 07, além de uma relação positiva entre a materialidade e a divulgação ambiental.

Ribeiro *et al.* (2019) examinaram se existe uma relação positiva entre o passivo ambiental e o nível de divulgação ambiental das empresas de energia elétrica. Concluíram que a relevância das variáveis ISE e Provisão Ambiental reflete nas motivações das empresas para a divulgação ambiental, com empresas de maior porte, mais rentáveis, incluídas no ISE e com provisão ambiental apresentando maior divulgação ambiental.

Silva, Rover e Ferreira (2022) verificaram os fatores que afetam o montante de passivos ambientais divulgados por empresas brasileiras que possuem potencial de impacto ambiental. Descobriram que as empresas com mais contingências ambientais divulgam montantes mais expressivos de passivos ambientais, enquanto a rentabilidade não apresentou significância.

Rodrigues *et al.* (2023) analisaram o nível de divulgação das provisões e passivos contingentes ambientais de empresas com alto potencial de poluição e a relação entre as empresas do ISE e o nível de divulgação. Concluíram que houve um aumento na quantidade de itens divulgados nos últimos três anos (2017 a 2019), embora em geral as empresas apresentem baixa evidenciação, e que existe uma relação positiva entre o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o nível de divulgação das provisões e passivos contingentes ambientais.

Em resumo, as pesquisas destacam que a evidenciação melhorou ao longo do tempo, porém muitas empresas ainda não quantificam seus passivos ambientais adequadamente. Além disso, alguns

estudos identificaram que o pertencimento ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) pode induzir a divulgação, mas nem sempre de forma significativa.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A população do estudo abrange as companhias listadas na B3. A amostra é composta por dez companhias, divididas entre aquelas listadas no ISE e aquelas não listadas no ISE, conforme o quadro 1. As cinco empresas listadas no ISE foram selecionadas por serem as maiores do índice, conforme o *Score* ISE 2023, divulgado pela Plataforma ESG *Workspace*. Essas empresas englobam os setores de telecomunicações, consumo cíclico, materiais básicos, financeiro e utilidade pública. Para possibilitar a comparação e delimitar a amostra, foram escolhidas cinco empresas do mesmo setor que não participam da carteira do ISE.

Quadro 1 – Empresas listadas no ISE x não listadas no ISE

Listadas no ISE	Setor
Telefônica Brasil S. A	Telecomunicações
Lojas Renner S.A.	Consumo Cíclico/Comércio/Tecidos, Vestuário e Calçados
Companhia Brasileira De Alumínio	Materiais Básicos/Mineração/Minerais Metálicos
Banco Pan S.A.	Financeiro e Outros/Intermediários Financeiros/Bancos
Engie Brasil Energia S.A.	Utilidade Pública/Energia Elétrica (Geração e Transmissão)
Não Listadas no ISE	Setor
Algar Telecom S/A	Telecomunicações
Track & Field Co S.A.	Consumo Cíclico/Comércio/Tecidos, Vestuário e Calçados
CSN Mineração S.A.	Materiais Básicos/Mineração/Minerais Metálicos
Banco BMG S.A.	Financeiro e Outros/Intermediários Financeiros/Bancos
EDP - Energias Do Brasil S.A.	Utilidade Pública/Energia Elétrica (Geração e Transmissão)

Fonte: Elaboração própria (2024).

Os dados foram coletados no período de 2016 a 2023, escolhido por ser o mais recente para o estudo e permitir a identificação de mudanças na divulgação dos passivos ambientais durante a pandemia de Covid-19. A pandemia foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 (Cavalcante, 2020), permitindo a comparação entre os quatro anos anteriores (2016 a 2019) e os quatro anos posteriores (2020 a 2023).

Para identificar o nível de evidenciação dos passivos ambientais, utilizou-se a técnica de *checklist*, baseada na forma de divulgação das provisões e passivos contingentes de caráter ambiental definida pelo CPC 25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, conforme destacado pela pesquisa de Rodrigues *et al.* (2023). A coleta de dados sobre a evidenciação de passivos ambientais foi realizada por meio da análise documental das informações presentes nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) das empresas, disponibilizadas em seus *websites*.

O *checklist* compreende itens que devem ser evidenciados sobre provisões e passivos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme o CPC 25 (R1), apresentado na pesquisa de Rodrigues *et al.* (2023). Para a coleta de dados, foi definida uma pontuação conforme o modelo de *checklist* apresentado por Rodrigues *et al.* (2023). Cada item apresentado nos demonstrativos contábeis das empresas recebeu 1 (um) ponto, e em caso de não evidênciação, considerou-se 0 (zero). A pontuação máxima que pode ser obtida é 8 (oito).

Quadro 2 – Itens de divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais de acordo com o CPC 25

ITENS	PONTUAÇÃO (Sim/não)
Provisões	
1. Provisões com valor contábil no início e no fim do período.	1 ou 0
2. Valores de provisões não utilizados durante o período.	1 ou 0
3. Breve descrição da natureza da obrigação.	1 ou 0
4. Indicação de incerteza sobre o valor.	1 ou 0
Passivos Contingentes	
1. Breve descrição da natureza do passivo contingente.	1 ou 0
2. Estimativa do seu efeito financeiro.	1 ou 0
3. Indicação de incerteza sobre o valor ou momento de ocorrência da saída.	1 ou 0
4. Possibilidade de qualquer desembolso.	1 ou 0

Fonte: Adaptado de Rodrigues *et. al* (2023).

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Nível de evidênciação dos passivos ambientais

Para verificar se as empresas que integram e não integram o ISE estão divulgando os passivos ambientais, foi utilizado o checklist com os elementos de evidênciação das provisões e passivos contingentes ambientais estabelecidos pelo CPC 25. Desta forma, as tabelas 1 e 2 permitem identificar a quantidade percentual de empresas que evidenciaram essas informações em suas DFPs, separando os dados das empresas que integram e não integram o ISE.

Vale destacar que, os dados coletados não contam com as informações apresentadas nas demonstrações financeiras de 2016 e 2017 da empresa Companhia Brasileira de Alumínio, de 2016 da CSN Mineração, e de 2016 a 2018 da *Track&field*. Estas não estavam disponíveis em seus *websites* e, portanto, não pontuaram nos anos citados.

Tabela 1 – Evidênciação de provisões e passivos contingentes (Empresas Listadas no ISE)

Itens de evidênciação de passivos ambientais	Percentual de empresas que evidenciam (%)							
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Provisões ambientais								
1. Provisões com valor contábil no início e no fim do período.	20%	20%	40%	40%	40%	40%	40%	40%
2. Valores de provisões não utilizados durante o período.	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%

3. Breve descrição da natureza da obrigação.	20%	20%	40%	40%	40%	40%	40%	40%
4. Indicação de incerteza sobre o valor.	0%	0%	20%	20%	20%	20%	20%	20%
Passivos Contingentes								
1. Breve descrição da natureza do passivo contingente.	20%	20%	40%	40%	40%	20%	20%	20%
2. Estimativa do seu efeito financeiro.	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
3. Indicação de incerteza sobre o valor ou momento de ocorrência da saída.	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
4. Possibilidade de qualquer desembolso.	20%	20%	40%	40%	40%	20%	20%	20%

Fonte: Elaboração própria (2024).

Em relação às provisões das empresas que compõem o ISE, percebe-se que nos itens 1 e 3, respectivamente, o valor contábil no início e no fim do período e a descrição da natureza da obrigação apresentaram maior divulgação. Estes atingiram um mínimo de 20% nos anos de 2016 e 2017, e aumentaram para 40% nos anos seguintes, de forma constante.

Além disso, no primeiro e terceiro item ocorreu uma semelhança no percentual de evidenciação, representando 20% em 2016 e 2017, e 40%, nos demais anos, tendo em vista que as empresas divulgaram, concomitantemente, os valores no início e no fim do período, e uma breve descrição da natureza da obrigação. Nesse sentido, essa semelhança percentual está alinhada ao resultado obtido pelo estudo de Rodrigues et. al. (2023), que verificou similaridade na quantidade divulgada dos dois itens ao longo dos anos.

Quanto aos passivos contingentes das empresas participantes do ISE, observa-se semelhança nas observações da evidenciação do primeiro e último item, de forma que, à medida que foi evidenciada uma pequena descrição da natureza do passivo contingente, também foi destacado a possibilidade de qualquer desembolso, ambos com taxa máxima de 40% no período de 2018 a 2019, e mínimo de 20% nos demais anos. No segundo e o terceiro item, respectivamente, a estimativa do seu efeito financeiro e a indicação da incerteza sobre o valor ou momento do acontecimento da saída, não foram divulgados.

Tabela 2 – Evidenciação de provisões e passivos contingentes (Empresas Não Listadas no ISE)

Itens de evidenciação de passivos ambientais	Percentual de empresas que evidenciam (%)							
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Provisões ambientais								
1. Provisões com valor contábil no início e no fim do período.	20%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%
2. Valores de provisões não utilizados durante o período.	20%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
3. Breve descrição da natureza da obrigação.	20%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%
4. Indicação de incerteza sobre o valor.	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%

Passivos Contingentes								
1. Breve descrição da natureza do passivo contingente.	0%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%
2. Estimativa do seu efeito financeiro.	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
3. Indicação de incerteza sobre o valor ou momento de ocorrência da saída.	0%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%
4. Possibilidade de qualquer desembolso.	0%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%

Fonte: Elaboração própria (2024).

No que tange a divulgação das provisões ambientais das empresas não participantes do ISE, a informação sobre os valores de provisões não utilizados durante o período (item 2) apresentou menor percentual de divulgação, com taxa mínima de 0% durante maior parte do período pesquisado, exceto em 2016, quando foi observado um percentual de 20%. Enquanto os itens 1 e 3, referentes, respectivamente, ao valor contábil no início e no fim do período e a breve descrição da natureza da obrigação, apresentaram-se como informações com maior índice de divulgação e semelhança na quantidade de observações, com taxa máxima de 40%.

Sobre os passivos contingentes das empresas não listadas, assim como ocorreu nas empresas listadas no ISE, a estimativa do efeito financeiro (item 2) não foi evidenciada. Dessa forma, coincide com a pesquisa de Rodrigues et. al. (2023), que verificou a falta de evidenciação dessa informação.

Em resumo, ao analisar as duas tabelas, foi possível inferir que as empresas estão divulgando os passivos ambientais, porém os resultados revelam um baixo nível de evidenciação, pois a taxa de divulgação dos itens de provisões e passivos contingentes ficou abaixo de 50%, ao longo dos anos pesquisados, tanto para as empresas participantes do ISE, como para as não participantes.

Nesse contexto, essa descoberta está alinhada com as pesquisas de Xavier e Luczkiewicz (2013), Rodrigues et al. (2023) e Filho et al. (2018). Estes estudos, assim como o atual, indicaram que as empresas não estão compartilhando informações ambientais de maneira abrangente. Eles analisaram se as organizações, respectivamente, do setor de petróleo, com alto potencial de poluição e aquelas listadas no ISE, estão revelando seus passivos ambientais.

Ao analisar as empresas, foi possível perceber que das dez empresas, quatro apresentaram alguma informação sobre as provisões e passivos contingentes ambientais, mais especificamente duas de cada grupo: das empresas que compõem o ISE, destacaram-se a Companhia Brasileira de Alumínio e Engie Brasil Energia S.A., e das não participantes do ISE, as empresas CSN Mineração S.A. e EDP - Energias Do Brasil S.A.

Uma razão para a maior divulgação de passivos ambientais por algumas empresas em comparação com outras pode ser fundamentada nas teorias dos *stakeholders* e da legitimidade.

Algumas organizações são incentivadas a satisfazer as expectativas e demandas de informação dos *stakeholders* e da sociedade em relação ao meio ambiente, com o intuito de prestarem contas sobre seu desempenho ambiental e facilitarem a tomada de decisões (Silva *et al.*, 2013).

Dessa forma, os resultados indicam que os setores de utilidade pública e materiais básicos têm uma maior preocupação em divulgar as provisões e passivos contingentes ambientais. Esta conclusão é consistente com o estudo de Menezes *et al.* (2018), que identificou esses setores como sendo os mais transparentes no que diz respeito à evidenciação dos passivos ambientais.

Ao fazer uma análise temporal sobre o período anterior e posterior ao início da Pandemia da Covid-19 (2020), verificou-se que os itens mais evidenciados pelas empresas listadas no ISE (Tabela 1), em relação as provisões, foram o primeiro e terceiro item (itens 1 e 3), com percentual de 40%, nos anos de 2017 a 2019. Da mesma forma, essas duas informações (itens 1 e 3) foram as mais evidenciadas após o início da pandemia (2020 a 2023), com taxa de 40%. Não houve, portanto, aumento ou diminuição de um período para outro.

Em seguida, as informações mais evidenciadas das provisões pelas empresas listadas no ISE (Tabela 1) antes de iniciar a pandemia, foram o segundo (item 2), nos anos de 2016 a 2019, e quarto item (item 4), durante 2018 e 2019, ambos com percentual de 20%. Mesma taxa apresentada (itens 1 e 4) após o início da pandemia do Covid-19 (2020 a 2023), de 20%. Com isso, conclui-se que não houve diferença percentual dos itens antes e depois do início do período pandêmico.

Nos passivos contingentes, os itens mais evidenciados pelas empresas participantes do ISE, anterior ao início da pandemia (2016 a 2019), foram o primeiro e o quarto (itens 1 e 4), com 40% de percentual durante 2018 e 2019 - mesmo percentual a partir do início da pandemia, atingindo 40% no ano de 2020, em relação a esses mesmos itens. Não foram evidenciados o segundo e terceiro itens (itens 2 e 3), nos dois períodos, antes e após início pandêmico. Assim, não teve aumento ou declínio no percentual de evidenciação dos itens citados de um período para outro.

No que diz respeito as empresas que não compõem o ISE (Tabela 2), as informações referentes a provisões com maior divulgação, no período anterior ao início da Pandemia do Covid-19 (2016 a 2019), foram o primeiro e terceiro item (itens 1 e 3), com 40% durante os anos de 2017 a 2019. Do mesmo modo, no período após início da pandemia, o primeiro e terceiro itens (item 1 e 3) apresentaram um percentual máximo de 40%, durante 2020 a 2023.

Em seguida, com taxa de 20%, foi evidenciada a quarta informação (item 4), nos anos anteriores a pandemia (2016 a 2019) e após início da Pandemia (2020 a 2023). Dessa forma, cada item correspondeu ao mesmo percentual, ao comparar os dois períodos em relação a pandemia.

Em relação aos passivos contingentes, antes da Pandemia da Covid-19, a categoria com maior evidenciação foi o primeiro (item 1) com 40%, durante 2017 a 2019. Em seguida, com 20% de evidenciação nos anos de 2017 e 2019, destacaram-se o terceiro e o quarto item (itens 3 e 4). Similarmente, a categoria mais divulgada após início de Pandemia do Covid-19 foi o primeiro item (item 1), também com taxa de 40% entre 2020 e 2023. Na sequência, com taxa de 20%, se apresentaram o terceiro e quarto item (item 3 e 4) durante 2020 a 2023. Sendo assim, é possível notar que não houve mudanças com o início da Pandemia da Covid-19.

Em suma, constatou-se que as empresas participantes e não participantes não apresentaram mudanças significativas que estivessem relacionados com o período de pandemia da Covid-19, pois o percentual de evidenciação por itens variou, apresentando uma taxa de 0%, 20% e 40% em todos os itens, porém apresentou percentuais de evidenciação iguais, na maioria dos anos, ao comparar o antes e o depois do início da Pandemia da Covid -19, respectivamente, entre os períodos de 2016 a 2019 e de 2020 a 2023.

Diante dessas constatações, esse resultado atestam as conclusões de Lisboa e Silva (2023), os quais não encontraram uma mudança significativa nas divulgações de contingências após o início da pandemia. Esses estudos investigaram a qualidade e o volume de passivos contingentes demonstrados pelas empresas que operam em setores mais impactados pelos efeitos da pandemia. Adicionalmente, notaram que nenhuma empresa conseguiu atender a todos os critérios de divulgação do CPC 25.

4.2 Comparação estatística dos grupos

Com o intuito de comparar o nível de evidenciação, foi calculada a proporção de cada item de divulgação para o total de informações identificadas, considerando todo o período pesquisado, ou seja, de 2016 a 2023, também separando as empresas integrantes e não integrantes do ISE.

Tabela 3 – Percentual de divulgação dos itens em relação ao total evidenciado

ITENS DE EVIDENCIAÇÃO	Listadas no ISE		Não Listadas no ISE	
	Total de itens	%	Total de itens	%
Provisões ambientais				
1. Provisões com valor contábil no início e no fim do período.	14	21,88%	15	22,39%
2. Valores de provisões não utilizados durante o período.	8	12,50%	1	1,49%
3. Breve descrição da natureza da obrigação.	14	21,88%	15	22,39%
4. Indicação de incerteza sobre o valor.	6	9,38%	8	11,94%
Passivos Contingentes				
1. Breve descrição da natureza do passivo contingente.	11	17,19%	14	20,90%
2. Estimativa do seu efeito financeiro.	0	0,00%	0	0,00%

3. Indicação de incerteza sobre o valor ou momento de ocorrência da saída.	0	0,00%	7	10,45%
4. Possibilidade de qualquer desembolso.	11	17,19%	7	10,45%
Total	64	100%	67	100%

Fonte: Elaboração própria (2024).

Referente às empresas listadas no ISE, as informações com maior destaque pertencem ao grupo das provisões, o valor contábil no início e no fim do período (item 1) e a breve descrição da natureza da obrigação (item 3) em que ambas correspondem a 21,88% do total evidenciado.

Em seguida, estão destacadas as informações dos passivos contingentes, mais especificamente o item da descrição da natureza do passivo contingente e a possibilidade de qualquer desembolso, representando cada uma 17,19% do total de 64 itens observados. Em contrapartida, com 0% se encontram os itens da estimativa do efeito financeiro e da indicação de incerteza sobre o valor ou momento da saída.

Do mesmo modo, as empresas que não compõem o ISE apresentaram o maior percentual dos critérios de evidenciação nas provisões no que se referem aos itens do valor contábil no início e no fim do período (item 1) e da breve descrição da natureza da obrigação (item 3), correspondendo a 22,39% cada um, em relação aos 67 critérios encontrados.

Logo depois, destaca-se o item breve descrição da natureza dos passivos contingentes, o qual representa 20,90% dos 67 itens divulgados. Entretanto, assim como ocorreu com as empresas listadas no ISE, a estimativa do seu efeito financeiro não foi divulgada, apresentando 0% em relação ao total de itens evidenciados.

Como diferença entre as integrantes e não integrantes do ISE, pode-se destacar que dos itens que compõem as provisões nas empresas listadas, o que representou menor percentual do total evidenciado foi o item da indicação de incerteza sobre o valor, enquanto, nas empresas não listadas, foi o item dos valores de provisões não utilizados durante o período, com 9,38% e 1,49%, respectivamente.

Dos itens que compõem os passivos contingentes, a maior diferença entre os dois grupos está no item Indicação de incerteza sobre o valor ou momento de ocorrência da saída, com 0% nas empresas participantes do ISE e 10,45% nas empresas não participantes.

Portanto, é possível constatar que falta maior padronização e conformidade das informações ambientais com os critérios de divulgação estabelecidos pelo CPC 25, tanto das empresas participantes do ISE, como também das não participantes. Nesse sentido, a pesquisa reitera as

conclusões das pesquisas de Alves e Rego (2020) e Rodrigues *et. al.* (2023) que identificaram o não comprometimento com a exigências da norma.

No intuito também de comparar a evidenciação dos passivos ambientais dos dois grupos, empresas pertencentes e não pertencentes ao ISE, empregou-se uma estatística descritiva, identificando a quantidade de empresas, os itens observados, a média, o desvio padrão e os valores máximos e mínimos.

Tabela 4 – Estatística descritiva

	Listadas no ISE	Não listadas no ISE
Quantidade de Empresas	5	5
Observações afirmativas	64	67
Média	8,00	8,38
Desvio Padrão	5,63	5,95
Mínimo	0	0
Máximo	14	15

Fonte: Elaboração própria (2024).

Ao analisar as observações afirmativas, é possível perceber um baixo nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes ambientais, pois foram identificados apenas 64 e 67 itens evidenciados, das empresas compõem e não compõem o ISE, respectivamente, de um total possível de 320 por grupo, ao levar em consideração a quantidade de empresas de cada grupo, os anos analisados (2016 a 2023) e a pontuação máxima (8 pontos).

Além disso, nota-se que as empresas que não participam do ISE evidenciaram mais informações do que as empresas que compõem a carteira do ISE (64 e 67). Da mesma forma, a média dos itens divulgados, o desvio padrão e o máximo de itens evidenciados das empresas não listadas apresentaram um valor maior do que das empresas listadas (Tabela 4).

Porém, pode-se observar pouca diferença em relação aos valores apresentados dos dois grupos. Para apresentar evidências que respondam a tal percepção, foi utilizado o teste estatístico denominado de Teste T de *Student*, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 5 – Cálculo teste T de *Student*

Grupos	N	Média	T	Valor-p
Listadas no ISE	5	8,00	-0,129	0,8888
Não listadas no ISE	5	8,38		

Fonte: Elaboração própria (2024).

O valor-p, obtido através do teste T de *Student*, representa a probabilidade que avalia a intensidade das alegações contrárias à hipótese nula. Para refutar essa hipótese, o valor-p deve ser menor que o nível de significância estabelecido ($\alpha=0,05$ ou 5%). Quando a hipótese nula é desatendida, isso indica que os dados fornecidos são suficientes para invalidá-la.

Nesse sentido, o valor-p observado é de 0,8888 (uni-caudal), ou seja, está acima do nível de significância de 5%, impedindo que a hipótese nula seja rejeitada. Em outras palavras, esse dado sugere que não há uma diferença importante entre as médias apresentadas.

Dessa forma, o resultado da presente pesquisa sugere que a participação da empresa no Índice de Sustentabilidade Empresarial não garante maior evidenciação das informações referentes aos passivos ambientais, pois as empresas que não participam do ISE apresentaram maior divulgação, mesmo que de forma insignificante.

Os resultados deste estudo contrastam com as conclusões dos estudos de Ribeiro *et al.* (2019) e Rodrigues *et al.* (2023), os quais destacaram que as empresas listadas no ISE, respectivamente, no setor de energia elétrica e de alto potencial de poluição, apresentaram um maior nível de divulgação ambiental. Essas pesquisas encontraram uma relação positiva entre a divulgação de passivos ambientais e a inclusão no ISE. No entanto, as novas evidências apresentadas neste estudo complementam as pesquisas mencionadas, uma vez que foram analisados cinco setores, não se limitando apenas ao setor de energia elétrica ou às empresas com alto potencial de poluição.

Uma possível explicação para o resultado é destacada em alguns estudos que identificam diversos fatores que podem influenciar a divulgação ambiental. Braga, Oliveira e Salotti (2009) indicam que o tamanho da empresa, a quantidade de riqueza gerada e o tipo de atividade desempenhada têm um impacto direto e significativo na extensão da divulgação ambiental realizada. Além disso, Silva, Rover e Ferreira (2022) também concluíram que o porte da empresa, assim como a divulgação de contingências ambientais, está diretamente associado à divulgação de passivos ambientais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o nível de evidenciação dos passivos ambientais entre empresas participantes e não participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) antes e depois da pandemia da Covid-19, utilizando um *checklist* baseado nos critérios de evidenciação do CPC 25, que trata das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Os resultados mostraram que, tanto as empresas listadas no ISE quanto as não listadas, destacaram-se na evidenciação do valor contábil no início e no fim do período e na breve descrição da natureza da obrigação, com um percentual máximo de 40%. No que tange aos passivos contingentes, ambas evidenciaram a breve descrição da natureza do passivo com a mesma proporção. No entanto, a taxa de divulgação de itens de provisões e passivos contingentes ficou consistentemente abaixo de 50% ao longo dos anos analisados, indicando um baixo nível de evidenciação.

A falta de uma maior divulgação dos passivos ambientais pode ser explicada pelas teorias da legitimidade e dos *stakeholders*, que sugerem que algumas empresas são incentivadas a atender às expectativas de informação dos *stakeholders* e da sociedade. A pesquisa também destacou a carência de padronização e conformidade com os critérios de divulgação estabelecidos pelo CPC 25, corroborando estudos anteriores que apontam para a falta de adesão às exigências normativas.

Quanto ao impacto da pandemia de Covid-19, não foram observadas mudanças significativas na evidenciação dos passivos ambientais entre os períodos pré e pós-pandemia. As taxas de divulgação mantiveram-se constantes, variando entre 0%, 20% e 40%, sem apresentar diferenças substanciais ao comparar os anos de 2016 a 2019 com os anos de 2020 a 2023.

Comparando os dois grupos de empresas, as listadas no ISE evidenciaram uma média de 8,00 itens de provisões e passivos contingentes de natureza ambiental, enquanto as não listadas apresentaram uma média de 8,38. O teste T de *Student* revelou que não há diferença significativa entre as médias, sugerindo que a participação no ISE não garante uma maior evidenciação dos passivos ambientais. Para pesquisas futuras, recomenda-se aumentar a amostra, incluindo um maior número de empresas com melhores desempenhos no Score ISE, visto que esta pesquisa se limitou a uma amostra de apenas dez empresas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. P.; RÊGO, T. de F.; PESSOA, L. G. S. B.; SANTIAGO, J. S.; DE MELO, J. F. M. Evidenciação de itens ambientais nas indústrias siderúrgicas registradas na BOVESPA. Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC, [S. l.]. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/747>. Acesso em: 04 de nov. 2023.
- ARAÚJO, G. C. de; BUENO, M. P.; SOUSA, Adriana Alvarenga de; MENDONÇA, Paulo Sérgio Miranda. Sustentabilidade empresarial: conceito e indicadores. III CONVIBRA – 24 a 26 de novembro de 2006. Disponível em: <https://silo.tips/download/iii-convibra-24-a-26-de-novembro-de-2006-2>. Acesso em: 04 de nov. 2023.
- ALVES, V. S. D.; RÊGO, T. F. Nível de evidenciação das empresas potencialmente poluidoras à luz do CPC 25. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, ISSN 2318-1001, João Pessoa, v. 8, n.3, p.54-72, set./dez. 2020. Disponível em: [5feda8d1e7cb9ce910683579fd56ea14a423.pdf](https://www.semanticscholar.org/paper/5feda8d1e7cb9ce910683579fd56ea14a423.pdf) (semanticscholar.org). Acesso em: 20 de abr. 2024.
- BEUREN, I. M.; SANTOS, V.; GUBIANI, C. A. Informações ambientais evidenciadas no relatório da administração pelas empresas do setor elétrico listadas no ISE. BASE. Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS, v. 10, n. 1, p. 55-68, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3372/337228653005.pdf>. Acesso em: 04 de nov. 2023.
- BRAGA, J. P.; OLIVEIRA, J. R. S.; SALOTTI, B. M. Determinantes do Nível de Divulgação Ambiental nas Demonstrações Contábeis de Empresas Brasileiras. Revista de Contabilidade da UFBA, Salvador, v. 3, n. 3 p. 81-95, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/3819/2790>. Acesso em: 03 de mai. 2024.
- BRASIL, BOLSA, BALCÃO. Índice de Sustentabilidade Empresarial. Apresentação. São Paulo, SP: B3. Disponível em: <https://iseb3.com.br/o-que-e-o-ise>. Acesso em: 19 de set. 2023.
- BRASIL, BOLSA, BALCÃO. Índice de Sustentabilidade Empresarial. Metodologia. São Paulo, SP: B3. Disponível em: <https://iseb3.com.br/metodologia>. Acesso em: 19 de set. 2023.
- BRUMATI, D. N. Contabilidade da gestão ambiental: ativos e passivos ambientais em empresas, em Alta Floresta/MT, em 2014-2015. Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta, v.2, n.4, p.103-117, 2015.
- BAZANINI, Roberto et al. A teoria dos stakeholders nas diferentes perspectivas: controvérsias, conveniências e críticas. Pensamento & Realidade, v. 35, n. 2, p. 43-58, 2020.
- GÓES, H. A. A.; REIS, G. G.; ABIB, G. Quando a teoria dos stakeholders encontra a teoria da justificação: uma proposta de interseção. Cadernos EBAPE. BR, v. 19, p. 901-917, 2022.
- CAVALCANTE, J. R. et. al. COVID-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica, 20 de 2020. Scielo Brasil, 2020. Disponível em: Scielo - Brasil - COVID-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020. Acesso em: 03 de mai. 2024.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2009. Disponível em: <https://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>. Acesso em: 17 de out. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2004. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-especificas/>. Acesso em: 17 de out. 2023.

COSTA, R. S.; MARION, J. C. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, Brasil, v. 18, n. 43, p. 20–33, 2007. DOI: 10.1590/S1519-70772007000100003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34212>. Acesso em: 03 de mai. 2024.

CUNHA, L. M. S.; RIBEIRO, M. S. A divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas do setor de energia elétrica em comparação ao desenvolvimento da normatização da evidenciação contábil. Revista Universo Contábil, Blumenau, v. 12, n. 4, p. 86-106, out./dez., 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1170/117049458006.pdf>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

DOMINGOS, S. R. M.; OLIVEIRA, M. C.; SILVA, R. B.; PONTE, V. M. R. Disclosure e Materialidade das Provisões e Passivos Ambientais divulgados pelas companhias listadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 75–89, 2020. DOI: 10.12979/rcmccuerj.v24i2.51850. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rcmccuerj/article/view/51850>. Acesso em: 03 de maio. 2024.

EIDT, E. C.; COLTRE, S. M.; MELLO, G. R. Perfil das Empresas Pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Caderno Profissional de Administração – UNIMEP, v.8, n.1, [S. N.], 2018. Disponível em: <https://www.cadtecempa.com.br/ojs/index.php/httpwwwcadtecempa.combrojsindexphp/article/view/173>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

EUGÊNIO, T. Avanços na divulgação de informação social e ambiental pelas empresas e a teoria da legitimidade. Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337, FURB, Blumenau, v. 6, n.1, p. 102-118, jan./mar., 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237023060_avancos_na_divulgacao_de_informacao_social_e_ambiental_pelas_empresas_e_a_teor_da_legitimidade. Acesso em: 04 de nov. 2023.

FERNANDES, S. M. Fatores que influenciam o Disclosure Ambiental: um estudo nas empresas brasileiras no período de 2006 a 2010. Revista Ambiente Contábil. Natal, v. 5, n. 2, p. 250–267, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/4159>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

FILHO, J. M. D. A pesquisa qualitativa sob a perspectiva da teoria da legitimidade: uma alternativa para explicar e prever políticas de evidenciação contábil. Interface, Natal, v. 9, n. 1, 2012. Disponível em: <https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/interface/article/view/257>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

FILHO, M. C.; PIMENTEL, M. S.; BERTINO, R. M J. Índice de Sustentabilidade Empresarial:

uma análise acerca da evidenciação do passivo ambiental. Revista Ambiente Contábil – ISSN 2176-9036. Natal, v. 10, n. 1, p. 104 – 120, jan./jun. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/11053>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

FILHO, R. N. L.; BRUNI, A. L.; GOMES, S. M. S. A compreensão dos estudantes sobre o conceito de passivo ambiental: um estudo nos cursos de Ciências Contábeis em Salvador-BA. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração. Bahia, v. 7, n. 1, p. 108- 121, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pca/article/view/11119>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

GIACOMIN, Juciléia; OTT, Ernani; GRANDO, Tadeu. Estudo sobre variáveis determinantes do nível de divulgação de informações voluntárias ambientais. Rev. Gest. Ambient. Sustentabilidade. São Paulo, Vol. 7, N. 1 p. 97-115 jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/geas/article/view/10108>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

Gil, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 31 de out. 2023.

JUNIOR, S. B. ESG, Impactos Ambientais e Contabilidade. Pensar Contábil, Rio de Janeiro v. 23, n. 80, p. 46-54, jan./abr. 2021. Disponível em: <http://atena.org.br/revista/ojs2.2.306/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/3630%20/2772>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

LISBOA, A. S.; SILVA, T. A. Evidenciação De Passivos Contingentes Durante A Pandemia De Covid-19: Análise do Atendimento ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP 02/2020. RC&C - Revista Contabilidade e Controladoria, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 97-119, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Aagd%3A8%3A25311832/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Aagd%3A164718581&crl=c>. Acesso em: 03 de mai. 2024.

MACHADO, D. P.; OTT, Ernani. Estratégias de legitimação social empregadas na evidenciação ambiental: um estudo à luz da teoria da legitimidade. Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337, FURB, Blumenau, v. 11, n. 1, p. 136-156, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/4779>. Acesso em: 03 de mai. 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026610/>. Acesso em: 31 de out. 2023.

MENEZES, B. S; ARRUDA, A. T. F. F.P.; CABRAL, A.; SANTOS, S. M. Evidenciação de Passivos Ambientais: um estudo com empresas integrantes do ISE. Revista Unemat de Contabilidade, v. 6, n. 12, p. 92–110, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/geas/article/view/10108>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

MONTEIRO, A. A. F.; DOS SANTOS, T. R.; DOS SANTOS, G. C. Índice de sustentabilidade empresarial (ise) e desempenho econômico-financeiro nas empresas da b3. Raga, v. 8, n. 38, p. 63 – 78, 2020. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/raga/article/view/2322>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

PLETSCH, C. S.; BRIGHENTI, J.; DA SILVA, A.; ROSA, F. S. da. Perfil da Evidenciação Ambiental das Empresas Listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial. Contabilidade Vista & Revista, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 57–77, 2015. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/2430>. Acesso em: 30 de set. 2023.

RIBEIRO, M. S.; SANTOS, E. S.; FREGONESI, M. S. F. A.; CUNHA, L. M. S. A influência da ocorrência de passivo ambiental no environmental disclosure score da bloomberg. In: CONGRESSO ANPCONT, XIII, 2019, São Paulo. Anais [...] São Paulo: [S.N.], 2019. [S.P.]. Disponível em: <https://anpcont.org.br/congresso-anpcontanterio-res/congresso-anpcont-2019/>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

RODRIGUES, K. K. A. S.; MACEDO, A. F. P.; MOREIRA, C. S.; DUARTE, C. A. A. Nível de disclosure das provisões e passivos contingentes ambientais: análise das empresas com alto potencial de poluição. Revista Catarinense da Ciência Contábil, Florianópolis, v. 22, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3342/2507>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

ROSA, F. S. d.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L.; LUNKES, R. J. Gestão da evidenciação ambiental: um estudo sobre as potencialidades e oportunidades do tema. Engenharia Sanitária E Ambiental, v. 16, n. 2, p. 157-166, 2011. Disponível em: <https://scite.ai/reports/gestao-da-evidenciacao-ambiental-um-WbYmD1>. Acesso em: 03 de nov. 2023.

ROVER, S.; ALVES, J. L.; BORBA, J. A. A evidenciação do passivo ambiental: qualificando o desconhecido. Revista Contemporânea de Contabilidade, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 41–58, 2006. DOI: 10.5007/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/825>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

ROVER, S.; TOMAZZIA, E. C.; MURCIA, F. D.; BORBA, J. A. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no brasil utilizando a análise de regressão em painel. R.Adm., São Paulo, v.47, n.2, p.217-230, abr./maio/jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rausp/a/wzlw7npgqs9cd83ts7xbfmg/>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

SALES, B.; ROVER, S.; FERREIRA, J.S.. Coerência na evidenciação das práticas ambientais das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Revista Ambiente Contábil, Natal, v. 10, n. 2, p. 1 – 22, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/12641>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

SEVERO, Eliana Andréa; GUIMARÃES, Julio Cesar Ferro; DELLARMELIN, Mateus Luan. Impact of the COVID-19 pandemic on environmental awareness, sustainable consumption and social responsibility: Evidence from generations in Brazil and Portugal. Journal of cleaner production, v. 286, p. 124947, 2021.

SILVA, I. P.; ROVER, S.; FERREIRA, D. D. M. Disclosure de passivos ambientais: uma análise dos fatores que influenciam o montante divulgado por empresas potencialmente poluidoras. RC&C - Revista Contabilidade e Controladoria, Curitiba, v. 14, n. 3, p. 70-86, set./dez. 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/366626336_Disclosure_de_Passivos_Ambientais_Uma_Analise_dos_Fatores_Que_Influenciam_o_Montante_Divulgado_Por_Empresas_Potencialmente_Poluidoras. Acesso em: 04

de nov. 2023.

SILVA, J. O.; ROCHA, I.; WIENHAGE, P.; RAUSCH, R. B. Gestão Ambiental: uma análise da evidenciação das empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental, [S.I.], v.3, n.3, p. 56-71, Set.- Dez. 2009. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Gest%C3%A3o-Ambiental%3A-uma-an%C3%A1lise-da-Evidencia%C3%A7%C3%A3odas-o-Silva-Rocha/dba8f8cd7224010ff2e8bc70a8cbccfc5c310926>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

SILVA, T. L.; VICENTE, E.; PFITSCHER, E. D.; ROSA, F. S. Environmental disclosure – informações sobre resíduos sólidos divulgadas pelas empresas potencialmente poluidoras listadas na BM&FBOVESPA. Revista Ambiente Contábil, [S.I.], v. 5, n. 2, p. 229-249, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/4149>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

SILVA, V. M.; LUCENA, W. G. L. Contabilidade ambiental: análise da participação no Índice De Sustentabilidade Empresarial (ISE) e a rentabilidade das empresas listadas na [B]3. Revista Gestão & Tecnologia, Pedro Leopoldo, v. 19, n. 1, p. 109-125, 2019. Disponível em: <http://revistagt.fpl.emnuvens.com.br/get/article/view/1563>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

SILVA, M. G.; SOUZA, R. B. L. Relação entre os gastos com responsabilidade social corporativa e o retorno operacional de empresas do índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) listadas na B3. 2019. 18 folhas. TCC (graduação em ciências contábeis) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [S.I.], 2019.

SOUZA, R. F.; GOMES, A. R. V.; LIMA, S. L. L. de; SANTOS, G. V. dos; VESCO, D. G. D. A legitimidade do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) frente aos demais índices B3. Race, Joaçaba, v.18, n.3, p. 521-542, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/19572>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

SORDI, J. O. Desenvolvimento de projeto de pesquisa. – 1.ed. – São Paulo: Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547214975/>. Acesso em: 31 de out. 2023.

SPERANDIO, L. A.; TRINDADE, M.; FAVERO, H. L. Uma introdução à discussão do passivo ambiental. Enfoque Reflexão Contábil, Paraná, v.24, n.2, p. 05-18, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3071/307124210001.pdf>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

VOSS, B. L. Environmental disclosure: estudo sobre a evidenciação ambiental dos resíduos sólidos presentes nos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras potencialmente poluidoras para o ano de 2010. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-graduação em Contabilidade) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 107, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/96420>. Acesso em: 04 de nov. 2023

XAVIER, V. V. N. T.; LUCZKIEWICZ, D. A. Passivo ambiental e sua evidenciação nas empresas do segmento de petróleo. Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC, [S. I.], Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/187>. Acesso em: 04 de nov. 2023.